

**Patrimônio material, patrimônio imaterial:
dois momentos da construção moderna do passado**

Paula De Paoli

Doutoranda em Urbanismo pelo PROURB / FAU / UFRJ
Técnica em História da Arte do IPHAN / 7ª. SR (Bahia)

Salvador (BA)

pauladepaoli@ig.com.br

Proposta de comunicação oral – Sessão temática 1

Resumo

A idéia da modernidade como momento de desestabilização da relação entre o passado e o presente faria com que a narrativa do passado se tornasse uma condição essencial do discurso moderno. Esta narrativa ocorreria, após a Revolução Industrial, através de duas ações em âmbitos diferentes, mas de certa forma complementares: a escrita da História, por um lado, e, por outro, a preservação do chamado patrimônio histórico. O objetivo do presente estudo é indagar sobre as questões que estão na base do atual conceito de patrimônio histórico, em suas duas dimensões: material e imaterial. Os documentos analisados serão as Cartas Patrimoniais produzidas pelos órgãos internacionais de preservação ao longo do século XX. A hipótese defendida é que a distinção entre o patrimônio dito “material” e aquele dito “imaterial” refletiria, mais do que uma substancial diferença na natureza física dos bens, a existência de dois momentos distintos na história da prática da preservação, carregados de uma série de conotações sociais e políticas, com a valorização de novos atores sociais na construção da chamada “cultura nacional”.

Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção moderna do passado

A modernidade objeto do presente estudo não é um tempo histórico, mas uma *atitude intelectual*, caracterizada por um sentimento de crise que leva o homem a desestabilizar seu próprio mundo, a colocá-lo em discussão. Apesar desta atitude não caracterizar um tempo histórico específico, existem certos momentos históricos em que ela pode ser identificada com clareza. Neste sentido, a era industrial não foi a primeira a se auto-definir moderna. Um outro tempo histórico, o Renascimento italiano, também se conferiu esta epígrafe¹. Em ambos os casos, o que é moderno é o sentimento de ruptura que leva à construção da idéia do passado como um tempo outro em relação ao presente, ao mesmo tempo em que o futuro se torna incerto, imprevisível. Nestas duas ocasiões, a idéia da modernidade esteve associada à construção da *ruptura* de um (também construído pelo presente) fio condutor contínuo entre o passado, o presente e o futuro, decorrente de dois fatores centrais: transformações no campo epistemológico, que no caso do Renascimento começaram a ser construídas no século XIII, e no caso da era industrial, foram dadas pelo Iluminismo, e mudanças nos modos de produção e circulação do conhecimento, que no Renascimento estiveram associadas às grandes navegações e descobertas do século XV, e no segundo caso, à Revolução Industrial.

A conceituação da modernidade como ruptura entre passado e presente traria consigo uma construção do tempo em perspectiva. Não se trata apenas de uma narrativa do presente moderno, mas de um presente que se configura como moderno em relação a um passado, do qual também é imprescindível construir uma imagem. A narrativa da modernidade se dá, portanto – necessariamente – a partir da contraposição de dois momentos que formam um binômio: um “velho” e um “novo”. Com base neste *binômio velho/novo* seria construída, a partir do século XVIII, a relação entre um “passado pré-industrial” e uma “era da máquina”. É importante notar o esquematismo desta construção, a bipolaridade que ela traz consigo. Do processo histórico de evoluções e construções no campo das idéias e práticas, são apresentados apenas dois momentos, dois quais é composta uma imagem estática, como um quadro. Nosso ideário moderno seria, portanto, alimentado pela noção da Revolução Industrial como ruptura nos modos de produção, que teria desorganizado os modos de vida pré-existentes.

A idéia da modernidade como desestabilização da relação entre o passado e o presente faria com que a narrativa do passado se tornasse uma condição essencial do discurso moderno. Esta narrativa ocorreria, após a Revolução Industrial, através de duas ações em âmbitos diferentes, mas de certa forma complementares: a escrita da História, por um lado, e, por outro, a invenção da noção de patrimônio histórico e a conseqüente prática de sua preservação. A leitura dos

¹ O termo *Renascimento*, usado para designar aquele período, foi uma denominação posterior, cunhada em algum momento entre o século XVIII e o XIX.

vestígios do passado como *monumentos* não era nova. Alguns autores apontam que esta prática teve origem no Renascimento italiano². No entanto, a noção de patrimônio histórico, tal como a entendemos hoje, teria sido desenvolvida a partir do final do século XVIII. O que distinguiria a noção atual de patrimônio daquela anterior à Revolução Industrial seria justamente o fato desta noção ser acompanhada pela *prática da preservação física* do patrimônio, consolidada a partir do século XIX³.

Patrimônio material, patrimônio imaterial

Em tempos recentes, o conceito de *patrimônio histórico* vem sendo re-significado, adquirindo novas dimensões e conotações. Françoise Choay identificou, especialmente a partir da década de 1960, uma intensificação da prática patrimonial⁴. Esta intensificação culminou com um alargamento da noção de patrimônio histórico, que passaria a atingir novas categorias de edifícios, além de conjuntos urbanos e do chamado *patrimônio imaterial*. O atual conceito de patrimônio histórico estaria, portanto, subdividido em duas categorias. O *patrimônio material*, voltado para os testemunhos físicos do passado, e o *patrimônio imaterial*, voltado para os testemunhos do passado cuja importância não estaria na dimensão física – para os saberes, tradições orais, modos de fazer, ritos, etc⁵.

Apesar desta divisão hoje consolidada, até mesmo do ponto de vista legal, entre patrimônio material e imaterial, o estudo das transformações sofridas pela noção de patrimônio histórico material desde o Renascimento, que culmina com a preservação material efetiva de certos edifícios, teria uma implicação importante do ponto de vista conceitual. A partir da constatação de que esta prática é produto de uma construção histórica, poder-se-ia dizer que o que distingue,

² Ver Riegl, *O culto moderno dos monumentos*, e Choay, *A alegoria do patrimônio*.

³ A preservação do *patrimônio histórico*, tal como a conhecemos hoje, é produto de uma construção histórica. Possui raízes remotas, que podem ser feitas remontar no mínimo até o Renascimento, e sofreu modificações ao longo do tempo, alcançando sua atual configuração na era industrial. Durante o Renascimento, a noção de monumento histórico estava relacionada a uma categoria específica de edifícios. Os pertencentes à Antiguidade clássica, em especial, àqueles de Roma, exaltados nas bulas papais e nos discursos dos arquitetos. Mas esta exaltação não implicava em sua preservação material efetiva. Os edifícios romanos eram cuidadosamente levantados e desenhados, mas ao mesmo tempo, despidos de seus materiais nobres, que seriam utilizados na construção dos novos palácios. Quando comparamos os discursos renascentistas a respeito dos monumentos com a prática sistemática de saque aos edifícios antigos, parece-nos ver um descompasso entre tais discursos e as ações. Mas este descompasso, apenas aparente, decorreria de uma noção de patrimônio histórico diferente da que temos hoje. O Renascimento foi uma época na qual era suficiente a preservação iconográfica dos monumentos e onde não se colocava a questão de sua preservação material efetiva.

⁴ “Em nossa sociedade errante, que não cessa de transformar o campo de seu presente, ‘patrimônio histórico’ tornou-se uma das palavras-chave da tribo das mídias. Ela se refere a uma instituição e a uma mentalidade. [...] À época da criação na França da primeira Comissão de monumentos históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos restos da Antiguidade, pelos edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Após a Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados se havia multiplicado por dez, mas sua natureza não se havia modificado em nada. Derivavam essencialmente da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Depois, todas as formas da arte de edificar, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, de luxo ou de necessidade, foram anexadas com novas denominações: arquitetura *menor*, vinda da Itália para designar as construções privadas não-monumentais, freqüentemente erguidas sem a intervenção de arquitetos, arquitetura *vernacular*, vinda da Inglaterra para designar aqueles edifícios marcados por características locais, arquitetura industrial, [...]. Por fim, o campo do patrimônio não se encontra mais limitado aos edifícios isolados e compreende ambientes edificados e o tecido urbano [...]” CHOAY, Françoise. *L'alegoria de patrimonio*. op. cit. pp.9-10.

⁵ É importante ressaltar, porém, que a distinção entre patrimônio material e imaterial não é simples, e que muitos dos chamados patrimônios imateriais possuem uma dimensão física.

hoje, o chamado “patrimônio material” do chamado “patrimônio imaterial” não é o fato de um possuir matéria e o outro não. Porque o fato de um determinado bem ser considerado patrimônio histórico “material” não decorre de nenhuma propriedade inerente a sua matéria, por mais preciosa que esta possa parecer. O caso dos monumentos da Antigüidade clássica é emblemático a respeito. Os edifícios estavam lá. Mas a maneira de se relacionar com eles mudou ao longo das épocas, até chegar à noção de patrimônio histórico que conhecemos hoje. A noção de patrimônio histórico é, portanto, um valor construído culturalmente que é atribuído a estes bens, e que *não possui* natureza material. Por este motivo, apesar da aparente dicotomia, os conceitos de “patrimônio material” e “patrimônio imaterial” apresentariam uma série de afinidades teóricas em suas construções.

O objetivo do presente estudo é indagar sobre as questões que estão na base do atual conceito de patrimônio histórico, em suas duas dimensões: material e imaterial. Os documentos analisados serão as Cartas Patrimoniais produzidas pelos órgãos internacionais de preservação ao longo do século XX. A hipótese defendida é que a distinção entre o patrimônio dito “material” e aquele dito “imaterial” refletiria, mais do que uma substancial diferença na natureza física destes bens, a existência de dois momentos distintos na história da prática da preservação, carregados de uma série de conotações sociais e políticas, com a valorização de novos atores sociais na construção da chamada “cultura nacional”.

A noção pós-industrial de patrimônio histórico

O ideário da era industrial seria construído a partir de um binômio *velho/novo* entre um passado pré-industrial e um presente povoado pelas inovações tecnológicas. Seria, portanto, alimentado pela noção da Revolução Industrial como ruptura nos modos de produção, que teria desorganizado os modos de vida pré-existentes. As grandes transformações dos modos de produção teriam ocasionado uma redistribuição da população no território, concentrando-a nas cidades. Estas teriam se configurado como local da produção em grande escala, função que antes cabia ao campo, o que gerava novas demandas para o organismo “cidade”. Tais transformações teriam como conseqüência a *obsolescência* da cidade pré-industrial, considerada inadequada para receber os novos equipamentos industriais, e também as velocidades mecânicas que começavam a se fazer presentes, inicialmente com a ferrovia e depois com os automóveis.

Quanto às avaliações qualitativas dos dois momentos, sua leitura iria variar. Para alguns teóricos, a era industrial apareceria revestida de valores negativos, enquanto o passado seria depositário de uma série de virtudes. Para outros, o passado seria obsoleto, e a era industrial possibilitaria um futuro radioso para a humanidade. Mas é interessante notar que, quer estivessem voltadas para a exaltação de um passado idealizado, quer para uma visão de futuro, as narrativas da era industrial estariam baseadas numa condenação generalizada do presente, do qual quase todos os teóricos apresentariam uma leitura negativa.

A leitura dos processos de industrialização iniciados no século XVIII como processos de *urbanização* iria permear boa parte dos escritos teóricos dos séculos XIX e XX, que teriam a *cidade* como foco das críticas à era industrial, mesmo por parte de autores que não eram arquitetos ou urbanistas. Estes autores consideraram que a urbanização acelerada alterou de tal maneira a face das cidades atingidas pelos processos de industrialização que estas transformaram-se num novo objeto urbano: a *metrópole*, maior, mais densa e, sobretudo, mais complexa do que a cidade pré-industrial. Configurariam assim um outro binômio velho/novo – que guardaria o mesmo esquematismo do primeiro – entre a metrópole e aquela cidade, também chamada, daquele momento em diante, de “cidade antiga” ou “cidade tradicional”. É importante notar, a este respeito, que o termo “antigo” não se refere a um momento específico do passado, mas agrupa todos os seus testemunhos, não importa de que período, sob uma única denominação, genérica.

A idéia de uma ruptura iria suscitar em relação à era industrial uma série de reações, como nostalgia, fatalismo, aceitação radical. Françoise Choay dividiria estas reações em duas vertentes principais, denominadas culturalismo e progressismo, estando a primeira voltada para a nostalgia do passado pré-industrial, e segunda para a aceitação da era industrial e mesmo para o culto à máquina. É importante ressaltar que ambas as correntes são *modernas*, pois tanto a tomada de distância do passado, que possibilita a nostalgia, quanto o culto à máquina são fruto da mesma idéia de ruptura que permite a leitura da era industrial como uma *nova era*. Estas reações teriam um espaço físico determinado: a *metrópole*. Palco das transformações ocorridas na era industrial, ela tornar-se-ia o campo de provas e de ensaios de quase todos os teóricos.

Além disso, as duas vertentes enunciadas por Choay não seriam tão antagônicas quanto parecem à primeira vista. Seus ideários iriam misturar-se com freqüência, em especial, no que tange a questão do *patrimônio histórico*. Isso ocorre porque a noção de patrimônio traz consigo – necessariamente – uma *visão de futuro*, uma vez que, à diferença do Renascimento, está implícito em sua conceituação pós-industrial que o chamado patrimônio deverá ser preservado para as gerações sucessivas. Não se trata, portanto, apenas de uma narrativa do passado, mas de uma narrativa que visa participar da construção do futuro da cidade, agindo diretamente no âmbito de seu ambiente físico.

Por outro lado, a construção da noção de “patrimônio histórico” apresentaria uma analogia direta com aquela da “cidade antiga”, na medida em que todos os vestígios do passado que são considerados “patrimônio” seriam agrupados sob uma única denominação, também genérica, de “históricos”, no sentido de pertencentes ao período pré-industrial. O que faria deles, assim como a “cidade antiga”, antagônicos – em princípio – à metrópole industrial. Sua apreensão, no âmbito metropolitano, dar-se-ia *por contraste*.

A idéia da existência de um contraste entre os vestígios do passado e a metrópole industrial faria com que a noção de patrimônio histórico trouxesse consigo – necessariamente – um *paradoxo*, do qual não pode ser dissociada. Declarar um objeto do passado patrimônio histórico significa considerá-lo como algo que deve continuar existindo e que se quer preservar para as gerações sucessivas. A noção de patrimônio histórico tomaria, portanto, forma de uma *dúplice construção*. Por um lado, declara a obsolescência do passado frente à era industrial, e por outro, deseja preservar seus vestígios, não apenas sob o ponto de vista de uma contemplação nostálgica, embora uma boa dose de nostalgia esteja embutida neste conceito, mas como parte integrante da visão de futuro que a sociedade industrial deseja produzir para si própria.

O paradoxo resolver-se-ia – apenas provisoriamente – na noção de *monumento histórico*, que torna-se o receptáculo dos conceitos antagônicos que envolvem a questão da preservação. Esta noção abarca ao mesmo tempo a idéia de que o objeto “histórico” é obsoleto, pois a lógica que o produziu e dentro da qual ele era útil pertence decididamente ao passado, e de que ele deve ser transmitido ao futuro. O legado, neste caso, consiste – e poderia consistir apenas – no objeto esvaziado de suas conotações originais, e muitas vezes de sua função, para ser re-significado como “monumento histórico”⁶.

Este paradoxo, derivado da idéia da incompatibilidade entre os testemunhos do passado e a cidade industrial, estaria refletido nas ações de preservação e restauração do século XX, tornando-as problemáticas do ponto de vista conceitual. A este ponto, cabe a pergunta: por quê seria tão necessário insistir neste paradoxo? Por quê o apego aos vestígios de um passado considerado obsoleto? Por quê a noção de patrimônio histórico, com todas as contradições que ela encerra, torna-se um conceito-chave na sociedade industrial?

As Cartas Patrimoniais do século XX

O estudo das transformações que a noção de patrimônio histórico sofreu ao longo do tempo mostra que esta noção é produto de uma construção histórica. A preservação do patrimônio histórico, tal como a conhecemos hoje, possui raízes remotas, que podem ser feitas remontar no mínimo até o Renascimento. Este conceito alcançou sua atual configuração em tempos bastante recentes, com a inclusão de uma série de categorias de patrimônio, dentre as quais aquela de patrimônio imaterial. Mas apesar de ter se modificado nos últimos dois séculos, a noção de patrimônio histórico apresenta, ao longo de toda a era industrial, a permanência de alguns conceitos-base. Suas várias nuances seriam permeadas pelo mesmo tipo de questões.

⁶ Alois Riegl, no livro *Der moderne Denkmalkultus* (1902), estabeleceu a diferença entre *monumento intencional*, produzido originalmente com o intuito de construir um monumento, e *monumento não-intencional*, ao qual seria atribuído o valor de monumento num momento posterior a sua construção, independentemente de sua função original. Nossos *monumentos históricos* pertenceriam a esta segunda categoria.

Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que afirmam que uma ruptura ocorreu, que os modos de vida e de trabalho “tradicionais” foram transformados pela indústria e que a que a metrópole é um ambiente urbano diferente da “cidade histórica”, os teóricos da era industrial atribuiriam a essas mudanças uma *conotação negativa* (o que não ocorria no Renascimento). Seus discursos encerrariam uma condenação generalizada do presente, onde a técnica aparece como *elemento de perturbação*, que desestrutura o ambiente, destrói a natureza, desorganiza os modos de vida, transforma o mundo para pior. O binômio “cidade tradicional”/metrópole estaria permeado, para estes autores, por um julgamento de valor, a partir do qual a “cidade tradicional” é vista como depositária de valores humanos positivos, enquanto a metrópole aparece como espaço físico de todos os males da sociedade industrial. E é sob esta forma que a metrópole e a “cidade tradicional” estariam presentes nas Cartas Patrimoniais produzidas pelos órgãos internacionais de preservação ao longo do século XX⁷.

A metrópole, vista como espaço físico da desagregação social produzida pela era industrial, tornar-se-ia um dos principais objetos de estudo por parte dos teóricos do século XIX e início do XX. Seus escritos construiriam a idéia de que o homem moderno é um “homem novo”, diferente do homem do período pré-industrial. A metrópole seria, por sua vez, o habitat deste novo homem, sede de um novo *modo de vida*. Um dos principais autores desta teoria foi Georg Simmel, que, no ensaio *Die Grossstädte und das Geistesleben (As metrópoles e a vida do espírito)*, desenvolveu a idéia de que o cidadão da metrópole teria um comportamento mental diferente dos habitantes da cidade tradicional, relacionando-a com a técnica que movia, para ele, o mundo industrializado.

O discurso de Simmel começa sob o signo da *crise*, fornecendo do “homem novo” uma visão negativa. Para ele, a base para o desenvolvimento de sua mentalidade é a *contradição* intrínseca e insolúvel sobre a qual está fundada a sociedade industrial, onde a divisão do trabalho obriga o homem a uma prestação singular que o *individualiza*, mas ao mesmo tempo, o aliena da totalidade do mecanismo técnico e social no qual está inserido, para transformá-lo em parte do público anônimo para o qual está voltada a produção *em massa*⁸. Portanto, o conflito perene e o

⁷ Ver, por exemplo, a Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios – UNESCO (Paris - 1962): “Considerando que, em todas as épocas, o homem algumas vezes submeteu a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios que fazem parte do quadro natural de sua vida a atentados que empobrecem o patrimônio cultural [...]; Considerando que [...] as civilizações modernas aceleraram este fenômeno, que, até o século passado havia sido relativamente lento [...]” CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. op.cit. p.81. Ver ainda: Declaração do México – Conferência mundial sobre as políticas culturais – ICOMOS (México - 1985): “O mundo tem sofrido profundas transformações nos últimos anos. Os avanços da ciência e da técnica têm modificado o lugar do homem no mundo e a natureza de suas relações sociais.” CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. op.cit. p.271. Nestes trechos das Cartas Patrimoniais, os conceitos apontados acima podem ser identificados com clareza. Mas trata-se de uma seleção bastante sumária, uma vez que as temáticas identificadas acima encontram-se difusas ao longo de todos os documentos do corpus.

⁸ “Os problemas mais profundos da vida moderna decorrem da pretensão do indivíduo de preservar a independência e a especificidade do seu ser determinado contra as potências esmagadoras da sociedade, do contexto histórico, da civilização e da técnica exterior da vida: a última e mais recente metamorfose da luta com a natureza que o homem primitivo precisa empreender para a sua existência física. Que o século XVIII exorte os homens a libertar-se de todos os vínculos constituídos historicamente, no estado e na religião, na moral e na economia, [...] que o século XIX exija, além da simples liberdade, a particularidade do homem e da sua prestação, determinada pela divisão do trabalho, que torna o indivíduo incomparável aos outros e – quanto possível – indispensável, mas o leva a depender ainda mais da integração complementar aos demais, [...] atua sempre o mesmo motivo fundamental, isto é, a relutância do sujeito em deixar-se

estranhamento em relação ao seu próprio mundo seriam a característica fundamental do homem moderno.

Segundo Simmel, o tipo de vida na metrópole exigiria do indivíduo uma prestação intelectual objetiva. A vida metropolitana caracterizar-se-ia pela intensificação dos estímulos nervosos, dada pela abundância de eventos que ali ocorrem. A estes estímulos o indivíduo reagiria essencialmente com o intelecto, que funcionaria como instrumento de mediação entre sua vida pessoal, subjetiva, e os fatos do mundo exterior⁹. Esta necessidade de proteção contra a violência dos estímulos da metrópole aumentaria a sensação de estranhamento. Além disso, as relações sociais na metrópole assumiriam, para ele, uma conotação negativa, onde o espírito de competição e o antagonismo produzem reserva, desconfiança, e mesmo repulsa recíproca, “numa antítese profunda em relação à cidade de província e à vida no campo, com seu ritmo mais lento, mais habitual, mais uniforme de sua vida sensível e intelectual. O que permite compreender antes de mais nada o caráter intelectual da vida psíquica da metrópole, em relação a da província, voltada, pelo contrário, para os sentimentos e relações afetivas.”¹⁰ Notar que Simmel utiliza os conceitos de “vida no campo” e “cidade de província” como antíteses à metrópole, evitando, através da absoluta horizontalidade do tempo, conferir ao seu discurso conotações nostálgicas. Tais conotações estariam presentes, pelo contrário, nos discursos sobre o patrimônio histórico, onde o uso da expressão “cidade tradicional”, pertencente ao passado, seria difuso.

Os “modos de vida”, na acepção simmeliana, e sua modificação pela industrialização seriam uma temática recorrente nas cartas patrimoniais, especialmente nas mais recentes, voltadas para a preservação de pequenas localidades entendidas como ainda intocadas, mas já ameaçadas, pelos hábitos da sociedade de consumo. Justamente estes “modos de vida” entendidos como “tradicionais” seriam o objeto da noção de *patrimônio imaterial*¹¹. Observar-se-ia, dentro do

nivelar e consumir por um mecanismo técnico e social.” SIMMEL, Georg. *Die Grossstädte und das Geistesleben*. in MALDONADO, Tomás (org.). *Técnica e Cultura. Il dibattito tedesco fra Bismarck e Weimar*. op. cit. p.65.

⁹ “Assim o tipo do metropolitano [...] cria para si mesmo um órgão de proteção contra o desarraigamento do qual o ameaçam as correntes e contrastes do seu ambiente externo. Ao invés de reagir a eles com o sentimento, reage essencialmente como o intelecto. [...] Deste modo, a reação àqueles fenômenos é transferida ao órgão psíquico menos sensível, aquele mais afastado dos íntimos recessos da personalidade. Este intelectualismo revela-se o meio de preservar a vida subjetiva da violência da metrópole.” SIMMEL, Georg. *Die Grossstädte und das Geistesleben*. in MALDONADO, Tomás (org.). *Técnica e Cultura. Il dibattito tedesco fra Bismarck e Weimar*. op. cit. pp.66-67.

¹⁰ SIMMEL, Georg. *Die Grossstädte und das Geistesleben*. in MALDONADO, Tomás (org.). *Técnica e Cultura. Il dibattito tedesco fra Bismarck e Weimar*. op. cit. p.66.

¹¹ Declaração de Tlaxcala – Revitalização de pequenas aglomerações – ICOMOS (México - 1982): “Os delegados, após examinarem a situação atual na América em relação aos **perigos** que ameaçam o patrimônio arquitetônico e a ambiência das pequenas localidades, decidem adotar as seguintes conclusões: 1. Reafirmam que as pequenas aglomerações se constituem em **reservas de modos de vida** que dão testemunho de nossas culturas, conservam uma escala própria e personalizam as relações comunitárias, conferindo, assim, uma identidade a seus habitantes. [...] 3. [...] a ambiência e o patrimônio arquitetural das pequenas zonas de habitat são **bens não renováveis** cuja conservação deve exigir procedimentos cuidadosamente estabelecidos para evitar os riscos de alteração ou falsificação causados por razões de oportunidade política. [...] 5. Constatam que a introdução de esquemas consumistas e de **modos de vida estranhos a nossas tradições**, que advêm graças aos múltiplos meios de comunicação, favorecem a destruição do patrimônio cultural, por facilitarem o desprezo a nossos próprios valores, particularmente nas pequenas aglomerações. [...] 7. Pensam que, para preservar a atmosfera tradicional nas localidades rurais e nas pequenas aglomerações e para permitir a continuidade de manifestações arquitetônicas vernaculares contemporâneas, é necessário dispor não apenas dos materiais, como também da técnica tradicional e, quando isso não for possível, propõem a utilização de elementos de substituição que não ocasionem alterações notáveis na forma resultante e que correspondam à **condições**

alargamento da noção de patrimônio histórico observado por Choay a partir da década de 1960, a estreita relação entre a preservação dos conjuntos edificados das pequenas aglomerações e a preservação do patrimônio imaterial, ou seja, dos modos de vida que se desenvolvem naquele ambiente físico.

A “desorganização” dos modos de vida que teria sido causada pela técnica seria vista pelos teóricos dos séculos XIX e XX como um processo de destruição dos valores da cultura, da moral, e do espírito do homem (leia-se humanístico), entendidos como pertencentes ao mundo “tradicional” em vias de desaparecer. A técnica seria para eles antagônica à cultura, e não o produto e desenvolvimento natural do processo cultural¹².

Por esta concepção da era industrial como separada da cultura, a preservação dos vestígios físicos do passado (e, num segundo momento, dos próprios “modos de vida” considerados ainda “tradicional”) tornar-se-ia essencial. De certa forma, aqueles objetos, independentemente de sua função ou dos usos para os quais foram produzidos, passariam a ser vistos como depositários dos valores da “tradição”, testemunhos *materiais* da cultura da qual entende-se que a modernidade se afastou, para mover-se no domínio exclusivo da técnica. Os “modos de vida”, por sua vez, constituiriam os testemunhos *vivos* da cultura, dentro do conceito de *patrimônio imaterial*. Tais objetos, assim como os modos de vida “tradicional”, assumiriam o caráter de *recursos não renováveis*, uma vez que se teriam rompido os fios que conduziam a sua lógica de produção. O conceito de patrimônio traria implícito o risco da perda irremediável do bem, a ser evitada através da preservação.

Considerar o passado como recurso não renovável significa *naturalizá-lo*, dentro de uma oposição entre o natural – entendido como externo à ação humana (neste caso, à ação humana *no presente*, tida como inexoravelmente outra em relação à ação humana no passado) – e o artificial, característico do âmbito humano. A transferência do passado para o âmbito do natural teria uma dúplice leitura. Em primeiro lugar, representa a impossibilidade de sua reprodução pela ação humana do presente. Em segundo, seu estranhamento, seu antagonismo em relação à metrópole

psicológicas locais e aos modos de vida dos habitantes da região.” CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. op.cit. pp.265-267.

¹² A antítese entre técnica e cultura foi o título de uma coletânea de ensaios produzidos por artistas e industriais alemães entre 1871 e 1933, organizada por Tomás Maldonado, autor argentino radicado na Itália. Constituiria a expressão da modernidade, assim definida: “Pensar dualisticamente, interpretando o mundo com a ajuda de duas – e sempre apenas duas – categorias contrapostas não é, como se sabe, um vício lógico exclusivamente alemão. Este tem raízes antigas no pensamento ocidental. E não apenas ocidental. Uma coisa porém é inédita: nunca como na Alemanha, a paixão doentia pelas dicotomias exerceu uma influência tão poderosa sobre a configuração super-estrutural (e até mesmo estrutural) da sociedade. O caso mais exemplar é justamente a dicotomia Técnica-Cultura (“Technik-Kultur”). Uma dicotomia que, é preciso que se diga, é a expressão emblemática de uma série de outras dicotomias, muitas das quais podem ser consideradas como especificamente alemãs. Aludamos àquelas já conhecidas também fora da Alemanha, como Civilização-Cultura (“Zivilization-Kultur”), Mecanização-Cultura (“Mechanisierung-Kultur”), Civilização-Vida (“Zivilization -Leben”), Espírito-Alma (“Geist-Seele”), Mundo-Alma (“Welt-Seele”), Espírito-Vida (“Geist-Leben”). Nestes pares de opostas categorias, o primeiro dos dois termos geralmente mereceu o desprezo mais ou menos evidente dos alemães, que pelo contrário, nunca esconderam sua simpatia pelo segundo termo.” MALDONADO, Tomás (org.). *Tecnica e Cultura. Il dibattito tedesco fra Bismarck e Weimar*. Milano: Feltrinelli. 1979. p.11.

da era industrial. Esta ambigüidade entre algo que é sentido como “nossa cultura” e algo que não nos pertence iria permear o conceito de patrimônio histórico.

A esta naturalização do passado corresponderia, necessariamente, um sentido de *artificialidade* da ação humana do presente, em especial, no que tange a preservação. Quer se trate da preservação do patrimônio imaterial, ou seja, de práticas que nunca deixaram de ser exercidas, quer se trate de um monumento histórico, ou seja, da re-significação de um objeto do passado dentro de outra função e outra lógica. Em ambos os casos, a preservação insinuar-se-ia como *instrumento artificial* que impede a ação da lógica natural da era industrial, que seria a destruição destes bens. A artificialidade consistiria, neste caso, no desejo de conservar algo obsoleto, apesar de sua declarada obsolescência parecer condená-lo ao desaparecimento, através de sua re-significação como *patrimônio histórico*. Mesmo no caso do patrimônio imaterial, a própria declaração de determinadas práticas como patrimônio, ou seja, como algo em risco de desaparecimento, que deve ser preservado através de uma ação artificial, faz com que estas práticas, ainda que não tenham deixado de ser exercidas, assumam outro significado.

A situação do patrimônio histórico seria portanto ambígua. Por um lado, sua preservação emprestaria à era industrial significados e valores provenientes do passado, que se entende que esta não possui, e que não se deseja perder. Por outro, a obsolescência dos resquícios do passado frente ao presente industrial conduziria a um processo natural de destruição. A preservação constituir-se-ia assim como um *instrumento de mediação*, capaz de solucionar, provisoriamente, esta ambigüidade. O desejo de inscrever – artificialmente – a cultura humanística proveniente do passado no âmbito da técnica industrial aparece com freqüência explicitado nas cartas patrimoniais:

*Declaração do México – Conferência mundial sobre as políticas culturais – ICOMOS (México - 1985): “O desenvolvimento global da sociedade exige **políticas complementares** nos campos da cultura, da educação, da ciência e da comunicação, a fim de estabelecer um **equilíbrio harmonioso** entre o progresso técnico e a elevação intelectual e moral da sociedade.”¹³*

Neste sentido, a preservação do patrimônio histórico em suas duas dimensões, material e imaterial, seria vista como um *valor de resistência*. Em tempos recentes, seria evocada como o último baluarte da “cultura local” frente à voracidade da globalização, ao mesmo tempo em que o patrimônio imaterial tornar-se-ia um conceito estratégico para a valorização das manifestações culturais de grupos sociais minoritários, e o reconhecimento de sua participação na formação da identidade cultural nacional.

¹³ CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. op.cit. p.276. Ver ainda: Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas – UNESCO (Paris - 1968): “Considerando, entretanto, que os monumentos, testemunhos e vestígios do passado pré-histórico, proto-histórico e histórico, assim como inúmeras construções recentes que têm uma importância artística, histórica ou científica, estão cada vez mais ameaçados pelas obras públicas ou privadas resultantes do desenvolvimento da indústria e da urbanização; [...] Considerando, portanto, que é necessário **harmonizar** a preservação do patrimônio cultural com as transformações exigidas pelo desenvolvimento social e econômico [...]” CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. op.cit. p.124.

Bibliografia

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

ANDRADE, Antônio Luís Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1993.

ANDRADE, Mário. *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. in *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil. Uma trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1980.

BEDIN, Simonetta; BELLO, Laura; ROSSI, Alessia. *Tutela e restauro nello Stato Pontificio*. Padova: Cedam, 1998.

BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1963. trad. bras. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo: monumentos do futuro e do passado na implantação da arquitetura moderna brasileira*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional-UFRJ, 1993.

CHOAY, Françoise (org.). *L'urbanisme. Utopies et réalités*. Paris: Seuil. 1965. trad. it. *La città. Utopie e realtà*. Torino: Einaudi, 1973.

_____. *La règle et le modèle*. Paris: Seuil. 1980. trad. it. *La regola e il modello*. Roma: Officina Edizioni, 1986.

_____. *A propos de culte et de monuments*. in RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Seuil, 1984.

_____. *L'orizzonte del posturbano*. Roma: Officina Edizioni, 1992.

_____. *L'Allegorie du patrimoine*. Paris: Seuil. 1992. trad. it. *L'Allegoria del patrimonio*. Roma: Officina Edizioni, 1995.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – IPHAN, 1997.

LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1960. trad. bras. *A imagem da cidade*. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

_____. *Good city form*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1981. trad. port. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.

MALDONADO, Tomás (org.). *Tecnica e Cultura. Il dibattito tedesco fra Bismarck e Weimar*. Milano: Feltrinelli, 1979.

- PEREIRA, Margareth da Silva. *Corpos escritos. Paisagem, memória e monumento: visões da identidade carioca*. in Artes & Ensaios n.7. Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em artes visuais EBA/UFRJ, 2000.
- RIEGL, Alois. *Der moderne Denkmalkultus*. Wien. 1902. trad. fr. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Seuil, 1984.
- ROSSI, Aldo. *L'Architettura della città*. 1966. Torino: Cittàstudi, 1995.
- ROUILLARD, Dominique. "L'Amérique n'a pas de monuments". in COHEN, Jean-Louis; DAMISCH, Hubert (org.). *Américanisme et modernité*. Paris: EHESS – Flammarion, 1993.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Departamento de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1991.
- SIMMEL, Georg. *Tendenzen im deutschen Leben und Denken seit 1870*. 1902. in SIMMEL, Georg. *Schopenhauer und Nietzsche*. Hamburg: Junius Verlag, 1990.
- _____. *Die Grossstädte und das Geistesleben*. 1903. trad.it. *Le metropoli e la vita dello spirito*. in MALDONADO, Tomás (org.). *Tecnica e Cultura. Il dibattito tedesco fra Bismarck e Weimar*. Milano: Feltrinelli, 1979.
- SITTE, Camillo. *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Gundsätzen*. Wien, 1889. trad. it. *L'arte di costruire le città*. Milano: Jacca Book, 1980.
- TAFURI, Manfredo; DAL CO, Francesco. *Architettura contemporanea*. Milano: Electa, 1976.
- TSIOMIS, Yannis. *Ville-cité. Des patrimoines européens*. Paris: Picard, 1998.
- VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauration*. in VIOUET-LE-DUC, E. E.. *Dictoinnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^e au XVI^e siècle*. Paris: Librairies- Imprimeries Réunies, s.d. [1854-1868]. trad. bras. *Restauração*. trad. bras. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.